

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO CONTEMPORÂNEA

Eduardo Ângelo da Silva¹

Resumo: Os estudos sobre trabalho e classe social, no âmbito da História Social, tiveram importante contribuição da historiografia social inglesa na superação de perspectivas estruturalistas e economicistas, a partir dos anos 50 do século passado. Entretanto, nos últimos 40 anos, novos desafios advindos do desenvolvimento da teoria histórica e dos conflitos sociais se apresentaram para esse campo de estudos. Esse artigo pontua alguns desses desafios e as respostas dos estudos sobre trabalho e classe, construídas no enfrentamento de questões postas pelo “giro linguístico” e pelos questionamentos inspirados nas transformações ocorridas nos mundos do trabalho desde a década de 1970.

Palavras-chave: História Social do Trabalho; Classe social; Giro linguístico

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF CONTEMPORARY LABOR HISTORY

Abstract: Studies about work and class in the Social History had important contribution of English social history in overcoming structuralist and economic perspective, from the 50s of last century. However, in the past 40 years, new challenges arising from the development of historical theory and social conflicts presented to this field of study. This article highlights some of these challenges and the responses of studies on work and class, constructed in addressing issues posed by the "linguistic turn" and the questions inspired on changes in labor worlds since the 1970s.

Keywords: Labor History; Working Class; Linguistic turn

Introdução

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, muitas análises sobre a classe operária dos países industrializados europeus tendiam a relativizar o

¹ Doutorando e Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRJ) e especialista na área de Ensino de História pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2006). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

uso e a importância da categoria classe social, proclamando inclusive seu fim, devido à homogeneização das sociedades de capitalismo avançado no pós-guerra e à afirmação de uma hegemônica “classe média”. Esta tese do “aburguesamento” operário seria intensamente questionada por estudos sobre a classe operária na esfera da produção e não no âmbito do consumo. Todavia, uma das contribuições mais ricas para este debate viria das abordagens de um grupo de intelectuais ingleses, as quais destacavam as matrizes culturais do comportamento operário, e, mesmo reconhecendo as intensas transformações pela qual passara esta classe, identificavam a persistência de padrões de valores tradicionais entre trabalhadores.

Ao ressaltar a relativa autonomia de outros níveis de análise (político, social e cultural) para os estudos da classe operária, este grupo, a partir de então, instituiria novos marcos teóricos para a historiografia do trabalho contribuindo para a superação das análises que conferiam primazia às relações econômicas nas explicações históricas.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, um dos marcos dessa nova perspectiva, Thompson analisou o “fazer-se” desta classe em seu processo, no tempo, rastreando a ação humana e seus condicionamentos subjacentes.² Para o autor, os condicionamentos econômicos e sociais apenas podem determinar, em grande medida, a experiência de uma classe, mas não a consciência de classe, ou seja, a forma como as experiências são tratadas em termos culturais. Thompson se opôs às análises economicistas, segundo as quais, de uma determinada economia surgiria uma consciência de classe correspondente. Assim, propôs que a “cultura” de uma classe deveria ser percebida em suas variações internas e históricas, não de forma homogênea.

Naqueles anos, os estudos sobre trabalho no âmbito da História Social enfrentaram de forma bem-sucedida as perspectivas estruturalistas e economicistas que se apresentavam com certa hegemonia no mundo acadêmico e nos movimentos sociais de esquerda. Entretanto, a partir das

²THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3vols.

mudanças econômicas, políticas e culturais iniciadas nos anos 70, novos desafios advindos do desenvolvimento da teoria histórica e dos conflitos sociais se colocaram para este campo de estudos. Historiadoras e historiadores se debruçam sobre tais questões ampliando a capacidade de análise da História Social para além da contribuição thompsoniana, embora ela ainda seja uma forte referência.

Esse texto pretende apresentar tais desafios e a forma como a História Social, com destaque para as análises de classe, os enfrentou. Seu argumento é inspirado na virtuosa análise de Eley e Nield³ sobre o desenvolvimento dos estudos sobre trabalho nos últimos 40 anos e procura realizar uma ancoragem de produções que contemplam as questões mencionadas. Sem a pretensão de esgotamento da totalidade de tais desafios e dos novos percursos das reflexões sobre trabalho, são apresentados um panorama de respostas que se relacionam ao enfrentamento de indagações postas pelo “giro linguístico” e pelas transformações ocorridas nos mundos do trabalho, desde a década de 1970, e perspectivas de análise de classe que pretendem incorporar, de forma conjunta, tais avanços.

Da crise às novas questões e abordagens

Não só a teorização feminista de gênero, mas também críticas de racialização e “brancura” e análises pós-coloniais dos efeitos metropolitanos contínuos do império nos equiparam melhor do que jamais tivemos para colocar os pés das pretensões universalizantes da análise de classe no chão. Aprendendo da decomposição de classe no presente, podemos produzir histórias diferentes da classe e suas valências no passado.⁴

³O texto mencionado de Geoff Eley e Keith Nield foi originalmente publicado com o título “Farewell to the working class?” na *International Labor and Working-Class History*, v.57, p.1-30, Apr.,2000. A versão utilizada nesse trabalho é a traduzida por Luís Marcos Sander com o título “Adeus à classe trabalhadora?” presente na *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.33, n.66 p.135-179, Jul/Dez, 2013.

⁴Idem. p. 163.

O momento atual de maior consciência da História Social, em especial, das análises com base no conceito de classe social, é proveniente da crise da política centrada na tradição marxista, que tem início na década de 1980. Tal crise, além de suas implicações no campo político da esquerda entre os que continuariam defendendo aquela tradição e os que advogariam que ela não era suficiente para a reflexão e ação no novo contexto, teve importantes consequências para o campo da História Social, que passou a enfrentar problemas que até então não haviam emergido com tal vigor (questões de gênero, a identificação de processos de racialização, a perspectiva teórica pós-moderna, entre outros). Todos eles confrontaram a forma tradicional até então vigente de atribuir unidade intersubjetiva a uma categoria social, ou seja, a perspectiva das análises sobre classe, forçando o avanço desse campo de estudos.

Para Eley e Nield, esse processo está relacionado ao desaparecimento de um tipo particular de sociedade de classes ocorrido entre 1880 e 1940 que, a partir de seus desdobramentos no pós-guerra, teve seu apogeu na social-democracia. O ataque ao keynesianismo e a política de recessão, a partir dos anos 70, foram marcos dessa transformação. Na Inglaterra, por exemplo, a desindustrialização, o ataque de Thatcher às conquistas do período social-democrata e a reconfiguração da classe trabalhadora indicavam que um novo tipo de ordem social estava sendo moldado, marcado pela diversidade e fragmentação e não pela homogeneidade e padronização, ou seja, por economias e organizações que caracterizariam a moderna sociedade de massas existente até aquele momento. A partir de então, o processo de reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a intensificação da globalização desestabilizaram o arranjo da unidade de classe vigente. Tal quadro fez com que muitos afirmassem a obsolescência da História Social para tratar desse processo. Houve uma reconfiguração da classe trabalhadora, que se encontra em gestação e tem sido alvo de inúmeros

estudos,⁵ e que ainda apresenta uma unidade operacional em formação. Ou seja, uma nova versão de si (de suas práticas e identidades) que poderá ser mobilizada a seu favor. Eley e Nield afirmam que “alguma nova visão de agência política coletiva será necessária”, para que a tradição socialista, inclusive em seu aspecto acadêmico, recupere sua eficácia.⁶

A concepção de classe tradicional passou a enfrentar desafios advindos de duas frentes: do campo teórico, com o “giro linguístico”, e de um vigoroso conjunto de histórias sociais contemporâneas, que tiveram como contexto inspirador uma época em que os mercados de trabalho da Europa ocidental se tornam feminizados e racializados e na qual a imagem de uma classe trabalhadora nacional branca e do sexo masculino não se sustenta, ressaltando as exclusões ocorridas na construção dessa imagem no passado. Assim, a historiografia social avançou rumo a fronteiras temáticas no enfrentamento de tais questões.

No tocante a primeira frente, seus integrantes têm reivindicado, de alguma forma, legados da linguística de Saussure ou da filosofia da linguagem de Wittgenstein. Para esses, a linguagem é o elemento constitutivo da consciência humana e da produção social de sentido, ou seja, nossa apreensão do mundo, em seu passado e presente, só existe a partir de percepções pré-codificadas pela linguagem. Dessa forma, os pressupostos de acesso a uma verdade histórica objetiva que informaram e informam, em grande medida, a escrita da história e estão presentes entre os historiadores foram confrontados. De maneira geral, a partir dos anos 60 do século passado alguns defensores dessas questões caracterizaram o momento epistemológico, então inaugurado, como pós-moderno, em oposição à epistemologia moderna, (iluminista).⁷

⁵Um esforço de grande impacto nesse sentido foi realizado recentemente em: STANDING, Guy. *O precariado: A nova classe perigosa*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

⁶ELEY e NIELD, op.cit., p.136.

⁷CEZAR, T. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre o giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, n.17, p.445, 2015.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Com relação à segunda frente, das histórias sociais contemporâneas e seus questionamentos, Gilroy,⁸ entre outros, abordou processos de racialização e afirmou que a identidade britânica, por exemplo, foi estruturada em torno de potentes visões acerca da diferença racial centrando a identidade nacional em torno de uma “brancura” implícita que marginalizou a presença dos negros. Uma das consequências dessa constituição identitária essencializada foi a obstrução da percepção da transcontinentalidade das conexões culturais entre populações oriundas ou descendentes da diáspora africana em diferentes países do Ocidente e suas influências na constituição cultural desses espaços.

Nos Estados Unidos da América, a obra de Roediger⁹ apontou como a construção de identidade do trabalhador nacional com base na distinção racial, uma vez que esse trabalhador nacional “era” homem e branco, foi fundamental para a construção do “salário da branquitude”. Tal processo de racialização, base da imagem do trabalhador nacional estadunidense, garantiu a distinção dos brancos no mercado de trabalho implicando na constituição de seus melhores salários e numa diferenciação simbólica frente aos negros, o que teve consequências até no movimento sindical. Uma maior participação política e sindical branca esteve relacionada ao racismo e à exclusão também presentes naquele movimento.

Nessa mesma linha reflexiva, Linebaugh e Rediker, em sua obra de grande contribuição às recentes reflexões da História Social, fizeram o esforço de “recuperar alguma coisa da história da classe multiétnica essencial ao surgimento do capitalismo e da moderna economia global”.¹⁰ Nas palavras dos autores, ao recuarem temporalmente nessa perspectiva, eles demonstraram como

⁸GILROY, Paul. O Atlântico negro como contracultura da modernidade. In.: *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. SP/RJ: Ed.34; UCAM/Afro-Asiáticos, 2001. pp.33-100.

⁹ROEDIGER, David R. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London; New York: Verso, 1999.

¹⁰LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiro, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.15.

A ênfase da história moderna do trabalho no artesão/cidadão branco, do sexo masculino, especializado, assalariado, nacionalista e dono de propriedade ou no operário industrial ocultou a história do proletariado atlântico dos séculos XVII e XVIII e do começo do século XIX.¹¹

Partindo de referencial semelhante muitos historiadores deixaram de considerar a dicotomia entre sistemas de trabalho escravo, por empreitada e “livre”, passando a explorar e enfatizar as misturas e intersecções entre tais modalidades de trabalho em determinados períodos. Um ótimo exemplo dessas abordagens é a influente obra de Rockman que aborda o contexto pós-Revolução Americana em Baltimore, que teria se tornado a terceira maior cidade estadunidense.¹² O autor aponta que o pós-revolução, tido pela historiografia estadunidense tradicional como um momento de abertura de oportunidades econômicas, apresentou maior espaço de tais oportunidades para alguns colocando outros para fora da fronteira deste, o que garantiu a possibilidade de exploração de diversos tipos de trabalhadores. Assim, a intensificação da insegurança econômica dos trabalhadores urbanos foi elemento imprescindível para a abertura das avenidas de prosperidade dos que podiam pagar por seu trabalho.

Rockman destaca ainda a variedade dos estatutos desses trabalhadores (escravos, “livres”, não livres, em servidão, mulheres e crianças) cuja historiografia, ao privilegiar espaços como fábricas, não os observou. Tais trabalhadores, ao desenvolverem estratégias e percepções na vivência daquele mercado de trabalho, na luta pela sobrevivência e na lida com suas diferenças, constituíram um processo de formação de classe para além do mercado de trabalho, fato que relativiza a importância dada por análises anteriores à formação de uma consciência de classe em setores especializados como os de artesãos.

¹¹ Idem. p.346.

¹² ROCKMAN, Seth. *Scraping by: Wage Labor, Slavery, and Survival in Early Baltimore*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

Frente a esses estudos, no sentido de perceber os trabalhadores para além das fronteiras (espaciais e simbólicas) nacionais e para além da segmentação do trabalho em diferentes tipologias, novas análises vêm estabelecer conceitos mais amplos acerca da noção de classe trabalhadora. Caminhando nessa perspectiva, Linden retoma os escritos de Marx e faz uma sugestão para a apreensão dos trabalhadores, em sua pluralidade e diversidade de espaços e condições. A base comum a todos os trabalhadores subalternos seria a “mercantilização coagida de sua força de trabalho”, sendo este um referencial que abarca todo portador ou portadora de força de trabalho em condição em que esta é vendida ou alugada a outra pessoa e estes se encontram submetidos a condicionantes de compulsão econômica ou não econômica.¹³ Ou seja, essa é uma alternativa conceitual que relativiza e tenta superar fronteiras existentes nas investigações sobre as diversas formas históricas de trabalho, como por exemplo, a insistente percepção dicotômica na consideração do trabalho “livre” e escravo, que muitas vezes obstruiu um olhar mais complexo para as diversas “áreas cinzentas” existentes entre essas formas de trabalho e suas inter-relações.

Em resumo, a História Social atualmente identifica e consegue rastrear, nas construções de representações sociais históricas que eclipsaram aspectos constitutivos das classes sociais, tanto a ficção liberal que apontava o assalariamento como um movimento natural do desenvolvimento capitalista como o socialismo que adotou essa perspectiva e voltou suas energias de ação e reflexão para o operariado industrial.

Outra fronteira de estudos que tem colaborado com grandes avanços e resultados vigorosos para a História Social tem sido expandida pelas críticas feministas às convenções tradicionais de gênero, as quais estiveram cegas por um longo tempo acerca da diferença sexual e do feminino e masculino na constituição das classes sociais. O caminho trilhado por essas pesquisas

¹³ LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2013. p.41.

passou pela construção do campo de estudos da “História das Mulheres”, que, embora tenha deixado clara a importância da diferença sexual em diversos contextos, ficou muito restrito a tais descrições, não apresentando maiores consequências analíticas que forçassem o repensar do saber histórico.¹⁴ O avanço nesse último sentido se deu com os estudos sobre “gênero”, os quais apresentaram um ponto de inflexão no número de publicações nos anos 90.¹⁵

O termo “sexo” passou a ser questionado por sua ênfase biologizante e a palavra “gênero” passou a ser utilizada no sentido de se ressaltar os aspectos culturais que se relacionam às diferenças sexuais. Nas palavras de Pinsky: “Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e feminino”.¹⁶

Os estudos de gênero representaram uma grande saída diante dos impasses colocados por teorias que buscavam as causas originais da dominação de sexo que, embora tenham colaborado para o conhecimento da condição feminina, subordinavam as relações entre homens e mulheres a uma causa essencial, abstrata e universal. Como se a própria dominação masculina fosse a-histórica. O “gênero”, enquanto categoria de análise, permite que não se veja os papéis masculinos e femininos como algo fixo e/ou romantizado e sim em seus diálogos com os processos históricos. No tocante aos estudos sobre o trabalho, no âmbito da História Social, é importante observar como o trabalho é um aspecto constituinte dessas sociabilidades.

Dedicada ao esforço de problematização do “gênero” como categoria analítica, de forma que os trabalhos dedicados à diferença sexual passassem das descrições para as explicações e, finalmente, para a elaboração de teorias, Scott apontou ter no pós-estruturalismo (pós-modernismo) um arcabouço epistemológico mais radical capaz de tratar as mulheres como

¹⁴ PINSKY, Carla. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17, n.1, p.159-189, Jan/Abr, 2009. p.161.

¹⁵ ELEY e NIELD, op.cit., p.140.

¹⁶ PINSKY, op. cit., p.162.

sujeitos da história.¹⁷ Tendo sua origem na História Social, Scott afirmou a ineficiência dessa última ao tratar das mulheres na história. Para Scott, a História Social teria percebido a ação humana enquanto consequência de forças econômicas e teria feito do gênero um dos subprodutos dessa operação, por outro lado, a ideia presente naquele tipo de história, de que categorias de identidade seriam reflexo de uma experiência objetiva, mais cancelavam do que modificavam as visões preestabelecidas sobre as mulheres.

A partir do arcabouço pós-estruturalista, voltado para as teorias de linguagem, Scott defende a linguagem enquanto sistema de conceitos e significados em que o significado é criado por meio da diferenciação. Por sua vez, a realidade social não existiria fora ou anterior à linguagem. Não havendo uma dicotomia entre representação e a vida concreta material, a linguagem seria a própria prática social. Assim, a “desconstrução” seria o método para a análise de constituição de significados, que se dá por meio da diferenciação. Com inspiração em Derrida e Foucault, nessa perspectiva o gênero é redefinido como saber (conhecimento) sobre a diferença sexual. A análise da construção de significados em campos de força discursivos teria mais êxito na revelação de termos reprimidos e silenciados no processo de constituição de oposições binárias, como no caso da representação do masculino e do feminino.

Críticas à Scott ressaltam um “determinismo linguístico” presente em sua proposta. Tilly, por exemplo, afirma que “ a ênfase colocada no método e no texto [...] parece subestimar a ação humana e fazer pender a balança na direção de uma superestimação da coerção social”.¹⁸ Segundo a autora a desconstrução teria êxito em explicitar significações ocultas, mas que não permitiria a percepção da construção de novas. Pois se nada existe para além da linguagem, que é constituída a partir de estruturas de poder

¹⁷ SCOTT, Joan. On Language, gender and working-class history. *International Labor and Working-Class History*, n.31, Spring, 1987.

¹⁸ TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, 1994.

hierarquizadas, como identificar o conflito ou a mudança? A tendência da história, pensada dessa forma, seria a de uma inevitável reprodução social. Para Tilly, assim como para outros historiadores sociais, a proposta de dar mais atenção às relações de poder que perpassam os documentos e os dispositivos institucionais é positiva, assim como as análises de discurso que se valem de ferramentas linguísticas. O que encontra oposição por parte destes é a substituição do método da História Social pela desconstrução.¹⁹

Eley e Nield destacam que antes dos ensaios de Scott os estudos sobre gênero e trabalho já estavam em andamento e que estes contribuíram vigorosamente para os estudos de classes. Segundo estes, a história das mulheres e os estudos sobre gênero tiraram as pesquisas das fábricas para outros espaços e modalidades de trabalho, assim como complexificaram o entendimento de papéis sociais de homens e mulheres no universo do trabalho.²⁰ Por outro lado, os novos estudos mostraram como a História Social e leituras da linguagem não são incompatíveis.

Um interessante exemplo nesse sentido é o estudo de Farnsworth-Alvear sobre mobilizações de trabalhadoras têxteis no início da era industrial em Medellín (Colômbia).²¹ Ela utilizou das fontes textuais para a detecção das atuações e performances dos atores históricos em sua condição de submissão e rebeldia aos limites sociais. No caso específico por ela abordado, a autora analisou textos da imprensa (conservadora e progressista) sobre uma greve de trabalhadoras têxteis em 1920 e depois combinou os resultados da análise com sua investigação acerca do contexto econômico e social.

Os dois tipos de imprensa afirmavam a hierarquia de gênero existente, porém, de formas diferentes: os burgueses alertavam para a necessidade de proteção das “jovens indefesas” submetidas ao possível assédio e desmandos de patrões e chefes, desvinculando aquela mobilização das lutas

¹⁹ PINSKY, op. cit., p.177.

²⁰ ELEY e NIELD, op.cit.

²¹ FARNSWORTH-ALVEAR, Ann. El misterioso caso de los hombres desaparecidos: género y clase em el Medellín de comienzos de la era industrial. *Historia y Sociedad*, n.3, Universidad Nacional de Colômbia, 1996, p.73-92.

da classe trabalhadora local, já os socialistas afirmavam que as companheiras teriam agido como “fêmeas masculinas”. Em ambos os casos, segundo essas imprensas, não havia homens naquela greve. Ao cotejar tais representações com os dados de sua pesquisa mais ampla (censos fabris e relatórios de fábricas, entre outras), a autora demonstrou que as mulheres eram ativas e se rebelavam cotidianamente contra o despotismo fabril e que homens participaram daquela mobilização, mesmo que em menor número. A abordagem, que realçara a linguagem e o social, a fez chegar a conclusões que apenas essa combinação de métodos permitiria. Fato que nos mostra a complementaridade dessas perspectivas dentro da História Social.

Ainda sobre o conflito entre linguagem e História Social cabe destacar o estudo de Jones, o qual, originalmente, apontou para essa questão.²² Ao estudar o movimento cartista, Jones criticou os estudos em História Social, que, segundo ele, teriam privilegiado o caráter de classe do movimento e sua composição social ou simplesmente inferiram que a fome e a miséria motivaram os cartistas, não analisando sua plataforma e programa político. Para ele a derivação da ação coletiva a partir das condições sociais de classe obstruía o foco na ideologia cartista. Assim, um estudo acerca dessa ideologia deveria partir do que os cartistas escreveram realmente, em seus termos. Para Eley e Nield, embora a crítica de Jones tenha validade, sua análise não passou de uma “história de tradições intelectuais formais” não havendo o aprofundando da perspectiva inicial.²³

A questão da relação entre o “social” e o “político”, assim como as anteriores, ainda está sendo processada pela História Social. Uma sugestão de Eley e Nield para o avanço nesse campo é a de que é possível supor que a não percepção do político denunciada por Jones tenha relação com a “fase heroica” da História Social, nos anos 60 e 70, quando esses pesquisadores se opunham à estreiteza da história política praticada à época.²⁴ Contudo, a

²² JONES, G. S. *Lenguajes de classe: estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madri: Siglo XXI, 1989. p.99-193.

²³ ELEY e NIELD, op.cit. p.144.

²⁴ Idem, p.147.

partir daquele momento, o forte argumento da História Social que enfatizava o poder das determinações sociais na explicação histórica passaria gradativamente a considerar a expansão dos sentidos da política na sociedade em geral. Novos estudos, dos quais fazem parte os calcados na teoria feminista, reclamaram para a política locais antes vistos como “não políticos” (os locais de trabalho, os bairros, a subcultura, a família, o lar, entre outros).

Mesmo com tais avanços juntar a “sociedade” e a “política” na escrita de uma História Social tem sido uma tarefa difícil. Passos importantes nesse sentido teriam se dado a partir da recepção dos escritos de Foucault e de sua “microfísica” e da obra de Gramsci e sua concepção de “hegemonia”. O poder, na perspectiva foucaultiana, tornou-se mais amplo e difundido por toda sociedade, estando nas práticas do cotidiano. Tal reconhecimento incentivou o interesse na micro-história e nas histórias do cotidiano. Por outro lado, a “hegemonia” de Gramsci além de aceitar o caráter difuso do poder na sociedade aceita e conceitualiza o poder como um espaço de contestação e terreno de luta, e não como uma via de mão única. A visão gramsciana permite a percepção da dispersão do poder em diferentes fontes e locais assim como sua organização para atuar em conjunto, o que leva em consideração a estruturação social do mesmo e abarca uma perspectiva de classe. Tais autores seriam complementares para se repensar a relação entre política e sociedade. Nesse sentido, de destaque de importantes contribuições para a reflexão sobre esse tema, cabe lembrar ainda a proposição de Thompson de uma heurística alternativa no entendimento do exercício de poder: uma heurística a partir da perspectiva dos “de baixo”, ou seja, dos dominados. Esta apresenta processos de reapropriação e ressignificação das práticas de dominação pelos coletivos subalternizados.²⁵

²⁵THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p.227-263.

Em parte, inspirados pelas considerações anteriores, Eley e Nield, ainda nos anos 80 apontaram um caminho para a superação do desafio indicado. Sustentaram que

[...] as histórias institucionais do trabalho (partidos e sindicatos) eram um local-chave para a observância de “como os contextos onde a lógica e os potenciais de conformidade, oposição, aquiescência, independência, assimilação, resistência, indiferença, raiva, gratidão, deferência e franca recusa podiam ser traduzidos do caráter cotidiano da experiência da classe trabalhadora para uma agência política aproveitável para fins locais e nacionais.”²⁶

E, após anos de reflexão e enfrentamento das novas temáticas, esses autores também integrariam a análise discursiva a sua perspectiva de análise de classe. Segundo eles, “é útil ver a formação de classes mais como um *postulado* cultural e político (afirmando um modelo particular de identidade social) do que como um fato social demonstrável”, ou seja, definido pelas relações com os meios de produção ou outro critério material. Assim, a classe entendida discursivamente seria um ponto de partida melhor da formação de classes do que as abordagens economicistas e estruturalistas. O ponto de partida analítico voltado para o discurso, que ressalta o aspecto cultural e identitário da formação de classe, estaria intrinsecamente conectado a sua dimensão política, pois

A política é o esforço de domesticação da infinitude da identidade. Ela é a tentativa de hegemonizar a identidade, de ordená-la numa direção programática forte. Se a identidade é descentrada a política é a tentativa de criar um centro.²⁷

Possíveis articulações de novos olhares: entre linguagens, heterogeneidade e espaços

Considerando o exposto, conclui-se que para estes últimos autores a dimensão política está presente desde a esfera cotidiana até centros de poder

²⁶ ELEY e NIELD, op.cit. p.152.

²⁷ Idem, p.158-160.

que configuram a estrutura social e que ela se caracteriza pelo esforço de ordenação identitária dos coletivos, o qual chega a traduzi-la, em alguns casos, para uma forma programática. As vantagens de uma análise discursiva do tipo seriam o fato dela impedir uma percepção teleológica da consciência de classe e dela não necessitar de álibis quando as expectativas em torno de tal consciência não se concretizam. Assim, a análise das linguagens de classe, em diferentes espaços de vivência da classe trabalhadora e em sua grande diversidade e pluralidade, pode indicar os conflitos existentes na conformação identitária coletiva e abrir os primeiros caminhos de investigação para os casos estudados. Esforço que não abre mão das fontes e método de análise da História Social, pois não é restrito à linguagem. Tal dialética de “labor discursivo” e formas e relações “realmente existentes” abre espaço para a política e permite o melhor entendimento da variabilidade das perspectivas políticas da classe trabalhadora em diferentes contextos e espaços.

Um exemplo da configuração apontada acima, seria o poder da tradição política socialista em sua capacidade de construir e organizar as identidades populares em uma ideia de classe: com certo gênero e etnia, especializada, nacional e industrial. A agência política construída em torno desse discurso de classe foi capaz de arregimentar segmentos muito mais amplos da população em torno do núcleo formado por esses trabalhadores (masculinos, urbanos, especializados, étnicos, etc.). Porém, esse esforço teve seus custos. Implicou em silenciamentos acerca dos etnicamente diferentes e do feminino, entre tantos outros. As mudanças ocorridas a partir dos anos 70 causaram o declínio da operacionalização política de tal identidade.

Entretanto, mesmo quando tratamos da fenomenal contribuição thompsoniana de superação do determinismo econômico das análises sobre classes sociais, presente na tradição política socialista contemporânea à ela, e de seu papel na abertura de caminho para a análise de aspectos culturais, sendo mais sensível às perspectivas antropológicas, reconhecendo a natureza contextual dos sistemas de valores e crenças, favorecendo a identificação de

elementos de homogeneidade e heterogeneidade das classes sociais, em seu nascedouro ela já apresentava dificuldades a serem superadas.

Embora o conceito de “formação” tenha trazido os ganhos analíticos já mencionados, por sugerir, implicitamente, a ideia de conclusão de tal formação, ele implica na necessidade de um arcabouço mais sólido para o entendimento dos processos de ascensão e declínio das formações socioculturais identificadas enquanto classes sociais. Tal problema incitou e incita grandes debates, os quais têm sido pautados pela historiografia social britânica,²⁸ pois, no próprio caso inglês, o que explicaria o declínio da mobilização de trabalhadores na segunda metade do século XIX uma vez que, segundo Thompson, a “formação” da classe operária inglesa teria culminado no Movimento Cartista no final dos anos 1830 e na década de 1840? Questões como essa, provenientes da análise da obra thompsoniana, têm inspirado aportes contemporâneos de ramos da historiografia inglesa que procuram dar continuidade e reelaborar o pensamento de Thompson. Um dos autores que tem se destacado nesse sentido é Mike Savage.

Savage apresenta uma “versão alternativa” da teoria das classes que pode superar a dificuldade de especificação de uma base estrutural precisa para as relações de classe. Para o autor, “o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisavam os marxistas), nem no mercado de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na “insegurança estrutural” vivida por todos os trabalhadores”. Sem os meios de subsistência, os trabalhadores estão constrangidos a acharem estratégias para lidar com a incerteza da vida cotidiana, derivada do seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma, neste sentido: “é tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizada nos bairros urbanos e

²⁸ A título de exemplo, podemos citar o trabalho de Eric Hobsbawm, autor discorda do momento da formação da classe operária inglesa sugerido por Thompson, e a tentativa de Stedman Jones de buscar uma base mais precisa para o conceito de formação. HOBBSAWM, Eric J.. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In.: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.258-279. JONES, G. S., op. cit..

nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo”.²⁹ Além de trazer à tona uma proposta de conceituação de classe que não pressupõe um olhar pré-estabelecido, Savage propõe uma visão que incorpora a dinâmica espacial na formação de classe.

Em sua perspectiva a formação de classe é um processo complexo que envolve a construção de dois tipos de redes sociais, as de largo alcance e as densas. Em suas palavras:

A formação de classe tem uma dinâmica dual. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes – locais de trabalho, vizinhanças residenciais, pontos de encontro de lazer e assim por diante. Nessas situações, a informação pode ser passada a diante, organizações construídas, ideias reunidas, mobilização coordenada. [...] Segundo, a formação de classe também envolve a construção de vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal. Aqui, as classes podem ser “extraídas” da “comunidade”, de relações face-a-face, que conduzem à solidariedade social.³⁰

O autor ressalta que é possível um reforço mútuo entre esses dois tipos de rede e também o confronto entre eles. Vínculos densos de localismos podem atrapalhar a construção de redes mais amplas, assim como a inserção de um indivíduo em uma rede de amplo alcance pode excluí-lo de laços locais de maior densidade. Contudo, a sugestão do autor é capaz de lidar com a dimensão espacial da formação de classe e seus fluxos e refluxos. Em outras palavras, as redes densas são baseadas em sólidas práticas cotidianas e intensas conexões interpessoais e as de largo alcance baseadas em modalidades institucionalizadas de organização. Dessa forma, as redes densas constituem e mobilizam identidades e as de largo alcance possibilitam a organização de classe de forma mais ampla. A constituição e mobilização de

²⁹ BATALHA, C. H. M.; SILVA, F.; FORTES, A. *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.33.

³⁰ SAVAGE, M. Espaços, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.3, 2011. p.19.

identidades nas redes densas e amplas se dão através de discursos e linguagens de classe

Assim como em Eley e Nield, percebemos em Savage a preocupação do entrelaçamento entre o social e o político, em sua relação com as configurações discursivas construídas a partir das disputas políticas e por elas operacionalizadas, sem deixar de lado a análise econômica e social. Nas duas perspectivas não se abre mão da “experiência”, no sentido thompsoniano, enquanto a ligação entre o ser social e a consciência social. A percepção cultural de classe se apresenta enquanto identidade plural e diversa, presente no campo de disputas e conflitos políticos por sua ordenação nos processos de luta e mobilização da classe trabalhadora, os quais se dão em determinados contextos econômicos e sociais. Através de perspectivas dinâmicas e sem determinação econômico-social da ação, percebe-se historicamente os silêncios e ausências na construção de uma determinada imagem de classe.

Dentre os principais desafios dos estudos vindouros no âmbito da História Social do Trabalho estão as incorporações das questões de gênero, das questões raciais/étnicas e relativas às conexões entre o social, o político e o cultural, de forma que tenham consequências analíticas nas pesquisas, não sendo simplesmente elementos desconexos adicionados aos estudos devido às necessidades de atendimento formal às demandas do campo acadêmico. Há vários caminhos que já se mostraram promissores e que podem ser percorridos.

A História Social muito avançou no enfrentamento das questões colocadas pelas mudanças sociais dos últimos 40 anos e pelo desafio teórico posto pelo “giro linguístico”. Em espacial, ressaltamos os avanços nos estudos sobre trabalho. Como sugeriu Fink, “com longa experiência em seguir as pistas dos oprimidos brigões da história” o campo da história do

Desafios e perspectivas da história social do trabalho contemporânea

| Eduardo Ângelo da Silva

trabalho sobreviveu a tempos difíceis e ficou mais rico em amplitude, intuição e rigor analítico.³¹

Recebido em 25.05.2016
Aprovado em 07.06.2016

³¹A afirmação de Fink é especificamente sobre os trabalhos estadunidenses, entretanto, o argumento por ele apresentado cabe também na avaliação da História Social do Trabalho em sentido mais amplo. FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.32, n.64, p.15-25, 2012.